

HORIZONTES DA MODERNIDADE AMAZÔNICA E SUAS POLARIDADES APARENTES

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2025.63.17044>

Submetido em: 27/2/2025

Aceito em: 26/6/2025

Publicado em: 22/10/2025

Guillermo Alfredo Johnson¹
Fernando Michelotti²

RESUMO

A inserção da Amazônia no sistema-mundo capitalista, assim como da América Latina no seu conjunto, está atravessada pela modernidade/colonialidade que, apesar de suas metamorfoses, intensificou-se na segunda metade do século 20 com o aprofundamento da ideia de dominação da natureza e de negação dos povos e comunidades que desenvolveram formas de vida imbricadas a ela. No período mais recente, a politização das lutas desses sujeitos, bem como a ampliação de uma percepção de crise ecológica em escala planetária, colocou a Amazônia e suas disputas territoriais no centro da geopolítica ambiental. Nessa perspectiva, o tema do planejamento regional amazônico aprofundou suas dimensões multiescalares, não podendo ser considerado de forma dissociada das disputas hegemônicas globais em torno da agenda ambiental internacional, que atravessa também as disputas entre as forças que polarizam a cena política brasileira. Este artigo procura analisar as distintas posições ligadas à agenda ambiental relacionada à questão regional amazônica, apresentadas em planos de desenvolvimento vinculados aos últimos governos federais, que expressam não apenas as diferentes concepções entre os agentes que buscam disputar o bloco no poder brasileiro, mas também seus limites e contradições no rompimento com a colonialidade que atravessa a formação socioespacial da região.

Palavras-chave: Amazônia; modernidade; colonialidade; agenda ambiental.

HORIZONS OF AMAZONIAN MODERNITY AND ITS APPARENT POLARITIES

ABSTRACT

The insertion of the Amazon in the capitalist world system, as well as Latin America as a whole, is crossed by modernity/ coloniality that, despite its metamorphoses, intensified in the second half of the twentieth century with the deepening of the idea of domination of nature and denial of peoples and communities that developed life forms imbricated to it. In the most recent period, the politicization of these subjects' struggles, as well as the expansion of a perception of ecological crisis on a planetary scale, has placed the Amazon and its territorial disputes at the center of environmental geopolitics. In this perspective, the issue of regional planning in the Amazon has deepened its multiscale dimensions and cannot be considered dissociated from the global hegemonic disputes around the international environmental agenda, that also crosses the disputes between the forces that polarize the Brazilian political scene. This article seeks to analyze the different positions regarding the environmental agenda related to the regional issue of the Amazon, presented in development plans linked to the last federal governments, that express not only the different conceptions between the agents who seek to dispute the block in the Brazilian power, as its limits and contradictions in the rupture with the coloniality that crosses the socio-spatial formation of the region.

Keywords: Amazon; modernity; coloniality; environmental agenda.

¹ Universidade Federal do Maranhão – Ufma. São Luís/MA, Brasil. Bolsista Pós-Doutorado Sênior CNPq. <https://orcid.org/0000-0002-6508-3105>

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa. Marabá/PA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4525-5595>

INTRODUÇÃO

*Não há batalha entre a civilização e a barbárie,
mas sim entre a falsa erudição e a natureza*
(Martí, 1983, p. 196).

O debate em torno da questão ambiental tem ganhado destaque crescente na agenda pública, apontando os possíveis limites de uma sociedade pautada pelo consumismo e o extrativismo. A Amazônia é uma região de destaque nessa agenda não apenas nacionalmente, mas, também mundialmente, dada sua reconhecida importância ecológica para o funcionamento metabólico do planeta. Subjacente a esse aparente consenso, entretanto, distintas perspectivas e interesses disputam essa agenda ambiental e seus desdobramentos nas concepções de desenvolvimento urbano e regional amazônico.

Ao analisar a dinâmica da vinculação da Amazônia ao sistema mundial, não é possível desprezar a inserção heterônoma da região – evidente nesta quadra histórica do primeiro quarto do século 21, na qual se destaca a disputa geopolítica pela hegemonia global. Nesse sentido, ao buscar compreender a ingente ocupação do território amazônico, consideramos indispensável conferir as diversas expressões que a disputa “China versus Estados Unidos” assume nesse território como representação do embate hegemônico em curso. Neste século um dos componentes principais do contexto mencionado é a geopolítica ambiental, em que o embate das forças hegemônicas por domínio de territórios, para além dos tradicionais interesses por controle sobre seus recursos, populações e mercados, passa a envolver também temáticas em torno da mudança climática, da diminuição acentuada da biodiversidade, da fragilização da camada de ozônio, do aumento da poluição em suas diversas formas, assim como o intenso crescimento demográfico. Todos esses aspectos têm sido creditados às transformações decorrentes da aceleração metabólica do capitalismo, designado frequentemente de antropoceno/capitaloceno (Estenssoro; Vásquez Bustamante, 2022; Silva; Lopes, 2021; Moore, 2022).

Para Porto-Gonçalves (2020), em diálogo com as formulações de Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein e Aníbal Quijano sobre o contexto atual de caos sistêmico, crise civilizatória ou crise no padrão de poder e saber do sistema mundo moderno-colonial, a perspectiva introduzida pelo antropoceno/capitaloceno amplia a incidência da problemática ambiental na disputa hegemônica, uma vez que revela as incertezas em torno de um dos pilares epistemológico-políticos da civilização capitalista: a ideia de dominação da natureza por meio da tecnociência e, por conseguinte, de todos os grupos sociais que à natureza são assimilados. Isso indica uma crise sistêmica, no sentido de Wallerstein (2001), de que o acúmulo de contradições do sistema histórico capitalista levou a um afastamento do seu ponto de equilíbrio ao qual já não se é possível retornar, colocando em xeque seus fundamentos e deslocando a disputa por hegemonia para uma pugna por distintas possibilidades de construção de uma nova estabilidade, distinta da anterior, num contexto de sucessivas bifurcações sistêmicas.

Para além das contendidas hegemônicas, no entanto, o antropoceno também atua como um alerta de que a humanidade é parte intrínseca da natureza – como sempre compreenderam muitos “grupos/classes sociais/povos/regiões que foram bloqueados em sua reprodução metabólica e social” (Porto-Gonçalves, 2020, p. 122-123) pelas forças da modernidade-colônia-

lidade –, e, nesse contexto de caos sistêmico, vem politizando suas perspectivas e apresentando-as como um campo de possibilidades de outros sentidos civilizatórios. Colocam-se, dessa forma, como protagonistas na disputa pelos sentidos dos horizontes a serem construídos, o que amplia e complexifica as disputas civilizatórias para além das perspectivas das forças dominantes.

Por sua vez, as respostas dessas forças dominantes, num quadro de caos sistêmico, tornam-se erráticas e carregadas de incertezas, o que explica os movimentos tão contraditórios realizados pelo *hegemon* estadunidense no período recente, como pode-se ver nos movimentos radicalmente distintos adotados pelas forças que vêm disputando a coordenação do seu bloco histórico. Como exemplo, podemos citar as alterações de posição dos governos Biden e Trump em relação ao Acordo de Paris.

Essas concepções de tratamento da problemática ambiental pelas forças hegemônicas mundiais funcionam como vetores distintos e, inclusive, conflitantes, no relacionamento multiescalar com agentes e interesses mais específicos que atuam diretamente nas escalas nacionais e regionais. Essas tensões revelam-se fortemente nas fronteiras do avanço agromineral sobre a Amazônia (Michelotti; Miranda do Nascimento; Gomes Júnior, 2023), incluindo as relações conflituosas com perspectivas alternativas de horizontes anti e decolonial como contraponto à devastação capitalista (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021; Rodrigues, 2022; Bringel; Players, 2017). Neste contexto mais geral de disputas territoriais, torna-se indispensável evidenciar as políticas que os principais setores que interferem na região amazônica realizam e pretendem para o período em curso e para o médio prazo.

Sem perder de vista o contexto temporal e geopolítico, este artigo busca analisar as distintas posições ligadas à agenda ambiental, relacionada à questão regional amazônica a partir das formulações mais gerais sobre o desenvolvimento brasileiro, apresentadas por agentes que buscam disputar o bloco no poder do país. Neste esforço por aproximar a *realpolitik* que orienta a política contemporânea, recorreremos a dois conjuntos de planos governamentais: um deles apresentado por setores que comandam as Forças Armadas, mesmo que produzido de forma não oficial, que se propunha a sustentar um novo governo Bolsonaro bem como orientar e respaldar as suas políticas; um segundo conjunto, produzido diretamente pelo atual governo Lula III, que orienta políticas para promover o desenvolvimento, com repercussões indiretas e diretas para a Amazônia.

CONTEXTUALIZAÇÃO E OS FUNDAMENTOS DA COLONIALIDADE

A história da América Latina é marcada pela sua inserção subordinada aos interesses hegemônicos mundiais. A inserção colonial inaugurada com a conquista fraguara as diretrizes das relações sociais e ambientais que persistem nos seus diversos biomas e territórios. O motivo manifesto que conduziu a conquista da Abya Yala foi a busca de rotas alternativas para o acesso a recursos naturais, mas, ao se depararem com a abundância do ambiente natural, a cobiça e a ambição orientaram a visão de mundo dos colonizadores. A violência e o encobrimento do outro prevaleceram, ainda que sob o manto da catequização dos infiéis, na promoção de um infundável genocídio dos ameríndios e dos seus meios naturais de reprodução social.

A negação da condição humana para os povos originários espalhados pela diversa territorialidade das paragens latino-americanas, obliterou qualquer troca ou reconhecimento de saberes com os invasores ultramarinos (Dussel, 1993; Wallerstein, 2007). Para além das nefastas consequências para as populações ameríndias, a persistente e desmesurada atividade extrativista tem mudado as paisagens, iniciando pelas regiões litorâneas e, no decurso dos séculos, adentrando no continente em busca de riquezas. Em termos da concepção do ambiente, verifica-se uma atitude predadora e espoliativa que tem conduzido a uma devastação florestal e poluição das águas, orientada por uma visão de mundo que reduz a natureza, em seu conjunto, a simples matéria-prima para a produção de mercadorias.

No aã da apropriação de metais preciosos e da busca por saciar a ambição por riquezas das elites europeias, a escravização dos povos originários não foi suficiente. A partir do início do século 16 o tráfico de escravizados africanos foi ganhando proporções significativas em termos populacionais, pois a necessidade de produção de riquezas para as monarquias e o clero europeus foi crescendo incessantemente por mais de três séculos (Ferro, 2004). A mineração tem consumido incontáveis vidas desde as ilhas do Caribe assim como no que atualmente é o México, a Bolívia e o Peru, passando mais tarde por Ouro Preto, no Brasil, e por tantas outras regiões que renderam centenas de toneladas de metais preciosos para os colonizadores. Nesse contexto colonial, a preocupação pelos limites dos recursos naturais era impensável, pois nem sequer tinha-se a dimensão dos territórios e riquezas que o “novo continente” dispunha para a ambição europeia (Klein; Vinson III, 2013).

Enquanto a condição colonial drenava riquezas para Inglaterra, Espanha, Portugal e França, mormente a ideia de uma superioridade natural fortalecia-se, assim como os mercadores e o sistema mercantil associado. Isso criava as condições para que essa classe social ascendente precisasse de um Estado à sua imagem e semelhança: laico para se desvencilhar do poder eclesial e apropriando-se das terras comunais para garantir a apropriação das riquezas; ao mesmo tempo em que pregava a liberdade de mercado, escravizava africanos e ameríndios para garantir o botim (Quijano, 2000).

A modernidade, ainda que construída conceitualmente de forma retroativa, sustenta-se dessa colonialidade. O paradigma da civilização ocidental, com a ascendência de uma determinada racionalidade na construção dos critérios de verdade, persiste no negacionismo das diversidades humanas e ambientais³. Torna-se indispensável registrar que na versão civilizacional da modernidade, no âmbito da qual inscreve-se o liberalismo, omite-se o papel da violência extrema que tem permitido a sua instauração; na versão da perspectiva marxista, essa construção histórica enquadra-se nas leituras da acumulação originária do capital, crivadas pela exploração do trabalho e espoliação do ambiente (Cueva, 1983).

Esta modernidade sem limites, para conseguir seu ansiado progresso, tem sido potencializada com a Revolução Industrial, a Revolução Francesa, a Independência dos Estados Unidos e o Século das Luzes (ou Iluminismo) como apoteose do processo de consolidação do liberalismo com o republicanismo burguês. Nos estertores do século 18, vislumbra-se a supremacia de

³ O encobrimento do outro assume, nesta assunção da racionalidade eurocentrada, uma busca por hierarquização dos seres humanos e das espécies animais e vegetais, com o objetivo de impor uma classificação visando à naturalização de uma pretendida hegemonia, assim como na tentativa de controlar o meio circundante para saciar a ambição sem fim que a concepção mercantilista de homem construiu (Dussel, 1993).

países europeus na hegemonia mundial, com Grã Bretanha à frente, construindo o universalismo ocidental e organizando centricipalmente a epistemologia da periferia (Wallerstein, 2007).

Neste contexto de estabilização no poder dos setores sociais que se beneficiaram com a empresa colonizadora, a concepção de natureza assume uma perspectiva conscientemente utilitarista e imprescindível para a potencialização da nova ordem econômica liberal. A natureza torna-se um recurso na dinamização da produção da riqueza, considerando que os primeiros combustíveis desta nascente sociedade industrial foram a água, o carvão, o fogo e o vapor.

No mesmo processo em que se constroem os governos coloniais no decorrer do tempo da sua consolidação, formam-se as condições para o surgimento de um colonialismo interno que perdura. Os setores que posteriormente denominaram-se de *criollos*, em espanhol, serão tratados como mestiços e, com os processos de independização e a consequente formação das repúblicas, as oligarquias terratenentes que detinham os meios de produção nacional serão aquelas que tencionarão por conservar as relações de subordinação aos poderes econômicos e políticos dos países centrais no sistema mundial, mantendo os seus privilégios e prebendas nacionais (Fernandes, 1973, 1981).

Com a consolidação do capitalismo e tendo formalmente acabado o período colonial, as relações de dependência paulatinamente transformam-se num neocolonialismo, pois as demandas por mercadorias nacionais continuaram a ser pautadas pelos países centrais, mormente sendo de matérias-primas com marcado conteúdo extrativista (Cueva, 1983). Na medida em que o Estado nacional e os setores nacionalmente dominantes atuaram como intermediários para acesso a esses bens, o colonialismo interno fortaleceu-se no direcionamento extrativista do denominado “mercado mundial”.

COLONIALISMO/COLONIALIDADE: A AMAZÔNIA BRASILEIRA COMO FRONTEIRA DE RECURSOS

Nos primeiros séculos de ocupação europeia da Amazônia apresentam-se vários elementos do colonialismo clássico, incluindo um profundo processo de violência e encobrimento dos povos originários, no sentido dado por Dussel (1993), que produziu uma colonialidade do poder e do saber com marcas profundas e duradouras na região. Para Quijano (2005), a colonialidade é um padrão de poder cujos eixos fundamentais correspondem a um sistema de classificação social baseado na ideia de raça, que naturaliza uma visão de inferioridade do outro não europeu, e, como segundo eixo, “a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (Quijano, 2005, p. 107). Esse padrão de poder de caráter mundial permitiu aos colonizadores o controle de todas as formas de subjetividade, de cultura e de produção de conhecimento, apropriando-se seletivamente dos descobrimentos culturais das populações colonizadas, ao mesmo tempo em que reprimia a produção de seus padrões de sentido.

A colonização inicial amazônica foi marcada fortemente pela apropriação daqueles descobrimentos culturais dos povos originários que se mostravam aptos aos interesses dos colonizadores, como na exploração das chamadas drogas do sertão, ou seja, de produtos florestais com potencial de serem transformados em mercadorias no mercado mundial. A colonização, assim, significou tanto uma expropriação dos conhecimentos dos povos originários

sobre a floresta tropical quanto a exploração de sua força de trabalho, que Oliveira (2016) considerou como o recurso fundamental para a vida econômica da colônia e para o qual só se apresentou uma alternativa exitosa com a indução da migração nordestina a partir de 1870.

Para o autor, foi no contexto do pós-independência, no século 19, que se formou a visão nacional sobre os povos indígenas e a Amazônia, baseada na imagem de um império da natureza e do acanhamento da civilização, a última fronteira a ser conquistada. Com base não em memórias, mas no esquecimento dos relatos dos cronistas do início da colonização – que descreviam a região como ocupada por sociedades complexas e estratificadas organizada em “grandes povoações ribeirinhas, praticando diversas formas de cultivo e criação, dispondo de numerosos guerreiros e eficientes estratégias de combate” (Oliveira, 2016, p. 167) –, forjou-se, por meio da arte e da ciência, uma visão encobridora do passado de guerras de extermínio ou de captura de indígenas, substituindo-a por uma visão do índio altivo como parte de um passado extinto ou, ainda, em vias de extinção em razão de políticas de integração tuteladas à nascente sociedade nacional. Assim, de José Bonifácio a Rondon formou-se uma perspectiva de proteção tutelada em que apenas raramente pode-se “assegurar o controle sobre os seus antigos territórios, logo incorporados ao mercado de terras e apropriados por interesses privados” (Oliveira, 2016, p. 175).

As dimensões violentas da colonização da Amazônia, tanto na guerra territorial travada contra os povos originários quanto na própria relação com a formação do Brasil pós-independência, tornam a perspectiva do colonialismo interno mais evidente. Gonzales Casanova (2007), em uma atualização do debate sobre a noção de colonialismo interno, chama atenção de que o colonialismo não se dá apenas em escala internacional, mas, também, no interior dos países – sobretudo no caso dos estados-nação que se formam a partir de conquistas territoriais, quando ocorrem, em conjunto, as duas formas de enriquecimento que Marx assinalara, ou seja, um país que se enriquece às custas de outro, assim como uma classe se enriquece às custas de outra classe. Considerando que as relações de exploração e de dominação se dão sobre uma diferenciação étnica e regional, o colonialismo interno está relacionado à heterogeneidade na exploração dos trabalhadores e nos processos de transferência de excedentes entre regiões, a partir de processos que se articulam igualmente com o colonialismo internacional, a luta de classes e o poder de Estado.

Se o colonialismo interno amazônico, nos seus primeiros séculos de colonização, foi marcado, sobretudo, pela violência contra os povos indígenas, via conquistas de seus territórios e exploração da sua força de trabalho, a partir da segunda metade do século 19, com a integração política ao Brasil, começam a ficar mais evidentes as transferências inter-regionais de excedentes e as relações diferenciadas de exploração do trabalho, cujo exemplo amazônico mais significativo é a “escravidão por dívida” nas relações de aviação da exploração da borracha e demais produtos extrativistas. Caminha-se, assim, na primeira metade do século 20, para a constituição de políticas de Estado para a “ocupação de fronteira e integração nacional”, iniciando pelo Brasil Central, ainda nos governos Vargas, e alcançando a Amazônia durante a ditadura empresarial-militar.

Becker (2015, p. 78) sugere dois impulsos principais à formulação da política de “integração da Amazônia” pelos governos militares, sendo um de ordem interna e outro de ordem externa. No plano interno consolida-se uma percepção da Amazônia como região capaz de equilibrar as tensões demográficas das áreas economicamente deprimidas do Nordeste bem

como o êxodo rural decorrente da modernização conservadora da agricultura no centro-sul, por meio do redirecionamento dos fluxos migratórios. Além disso, a região é vista como espaço de investimentos, mobilização de novos recursos e absorção de manufaturas. No plano externo, as preocupações são com a segurança nacional e a vulnerabilidade aos interesses externos, legitimados a partir de uma visão de vazio demográfico e posição setentrional extrínseca ao sistema espacial nacional. Percebe-se, nessa visão amplamente difundida pelos militares, uma profunda linha de continuidade com a visão construída no século 19 da Amazônia e seus povos como externos ao Brasil e aos interesses nacionais (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021), e que permanecerá, em grande medida, nas concepções do início do século 21.

Partindo desse panorama, as políticas de “integração da Amazônia” vão concebê-la como uma fronteira de recursos, definida por Becker (2015) como zonas de povoamento novo e ocupação produtiva recente do território em áreas não contíguas e separadas dos centros de povoamento antigo por amplas áreas desabitadas, cujo impulso à ocupação se dá em virtude de recursos naturais economicamente atraentes em grande escala, combinados com decisão política governamental. A preocupação governamental vai além, no entanto, da busca de maximização de lucros, porque sua decisão política envolve preocupações com “a ocupação permanente da região, a criação de bases para o desenvolvimento de áreas atrasadas e a aproximação da fronteira em relação à órbita da economia” (Becker, 2015, p. 81). Um empreendimento de alto custo, portanto, no qual o Estado deve atuar como viabilizador do potencial da fronteira enquanto portadora de recursos naturais e valores estratégicos, tornando-a um campo de atração de forças externas capazes de impulsionar inovações e desenvolvimento. Estão dadas, então, as bases para uma política desenvolvimentista heteronomamente determinada, sustentada na integração física via estradas e grandes projetos, bem como incentivos fiscais e financiamentos.

Para Becker (2015), após 1960, quando se aprofunda um padrão de reprodução ampliada de dominância intensiva do capital, a ação do Estado volta-se para a ocupação de terras na fronteira de recursos em que a mineração e a pecuária cumprem papel chave, pelas possibilidades de valorização do capital via créditos e incentivos, via estabelecimento de relações mercantis na e desde a fronteira, assim como a própria valorização da terra em si. Na divisão internacional do trabalho, entretanto, o Brasil continua sendo uma fronteira de recursos que forja os determinantes estruturais que orientam a estratégia do estado nacional de assegurar o monopólio da propriedade privada da terra representada pelo latifúndio exportador de recursos. Cria-se, assim, uma contradição para os projetos desenvolvimentistas de como atrair a força de trabalho necessária para a ocupação da fronteira interna e viabilizar os grandes empreendimentos pecuários e minerais sem fixar os trabalhadores à terra. A resposta, para a autora, está na tentativa do Estado de regular a monopolização da terra e a mobilidade da força de trabalho por intermédio da valorização diferencial de parcelas do espaço e populações via políticas de infraestrutura viárias, urbanização, crédito e colonização dirigida (Becker, 2015, p. 241).

Como a própria Bertha Becker (2015) chama atenção, essas concepções de desenvolvimento, mobilizadas pela ditadura empresarial-militar, não davam atenção às tensões geradas nesse processo – muitas vezes contrário aos interesses e às potencialidades dos grupos locais. No caso da Amazônia, essas tensões foram de grande monta, convertendo-se em uma elevada conflitividade, em especial no que se relaciona à questão da terra e, por desdobramento, da

natureza em seu conjunto, uma vez que as contradições em muitos casos criam situações que escapam ao controle dos dominadores. Por isso, a autora afirma que “se, do ponto de vista do Estado, a mobilidade do trabalho é estratégia básica para ocupar a região sem conceder o poder sobre o espaço, do ângulo do pequeno produtor, a mobilidade é uma estratégia de sobrevivência” (p. 250), permitindo-o reproduzir-se enquanto camponês. Em muitas sub-regiões da Amazônia esse campesinato passa a se organizar politicamente, extrapolando os conflitos com as velhas oligarquias e passando a disputar a terra com as próprias empresas e o Estado.

Na Amazônia, assim como no conjunto do Brasil, o novo ciclo de lutas sociais que se fortalece desde o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, leva a uma retomada da bandeira da reforma agrária, que se desdobra no processo de “abertura política” pós-1985 em conquistas de assentamentos de reforma agrária (Medeiros, 2010). Não são, todavia, apenas posseiros e camponeses sem terra que lutam por políticas redistributivas, mas uma gama de movimentos sociais que têm incorporado fatores étnicos, critérios ecológicos, de gênero e de autodefinição coletiva. Essa politização das suas realidades locais e seus elementos de designação coletiva tensionaram a institucionalidade fundiária, logrando valorizar, tanto na Constituição Federal de 1988 quanto na adesão do Brasil à Convenção 169 da OIT, conceitos como terras tradicionalmente ocupadas (Almeida, 2004).

Como reflexo dessa politização das lutas por terra e território e da crise do projeto desenvolvimentista da ditadura empresarial-militar, os povos e comunidades do campo amazônidas lograram, entre 1985 e 1999, a destinação oficial de cerca de 95,2 milhões de hectares na forma de terras indígenas, territórios quilombolas, reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável e assentamentos de reforma agrária. A pecuária bovina, principal expressão do projeto desenvolvimentista anterior, contudo, seguiu crescendo, saltando de 18,4 milhões de cabeças em 1985 para 43,3 milhões em 1999, segundo dados do IBGE, associada a um movimento de incorporações de novas terras e desflorestamento para produção de pastagens, carregado de violência contra os povos do campo. Nesse período a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 766 assassinatos decorrentes de conflitos do campo na Amazônia Legal.

Após os anos 2000 a América Latina, como um todo, passa a viver um consenso das *commodities* (Svampa, 2019) – que, no Brasil, significa uma mudança no modo de acumulação e de inserção na divisão internacional do trabalho –, no qual as exportações de *commodities* agropecuárias e minerais ganham proeminência, fortalecendo uma economia política do agronegócio que aprofunda as dinâmicas do capital financeiro na agricultura, seus pactos políticos que integram os capitais agrários, o mercado de terras e o Estado (Delgado, 2012). Considerando o caráter expansivo e extensivo da produção de *commodities*, as forças hegemônicas voltam a enxergar a Amazônia como fronteira de recursos, embora em um contexto mais complexo, dada a sua posição de destaque na agenda ambiental internacional e o protagonismo dos povos e comunidades do campo – que, entre 1985 e 2023, conquistaram alguns milhões de hectares em terras legalmente destinadas para terras indígenas, territórios quilombolas, reservas extrativistas e de assentamentos de reforma agrária.

A interrupção dessas conquistas, bem como a recolocação dessas áreas no mercado de terras, passou a ser uma prioridade das forças articuladas em torno do agro-minero-negócio, o que Almeida (2010, p. 102) chamou de agroestratégias, ou seja, um conjunto heterogêneo de discursos, mecanismos jurídicos e outras iniciativas voltadas a remover obstáculos e viabilizar a incorporação de novas extensões de terras para a produção de *commodities*. A lista de iniciativas

nessa direção é extensa, não apenas relacionadas à desmobilização dos programas e dos órgãos responsáveis pela reforma agrária e pela destinação de terras aos povos e comunidades tradicionais, como também à reconfiguração do arcabouço legal, reduzindo-lhes os direitos: vão desde o programa de regularização fundiária Terra Legal, criado em 2009, e o Novo Código Florestal, aprovado em 2012, até as mais recentes iniciativas que visam a retroceder nos direitos dos camponeses e povos e comunidades tradicionais – que o Instituto Socioambiental (ISA) denominou de “pacote da desconstitucionalização” –, além das várias iniciativas de legalização das apropriações ilegais de terras sintetizadas nos Projetos de Lei (PL) 2633/2020 e 510/2021, conhecidas criticamente como PL da Grilagem, que se encontram sob análise no Senado (Chiavari; Lopes, 2021).

Essas iniciativas legislativas, entretanto, não são fatos isolados, mas articulam-se a um debate mais amplo sobre os projetos de desenvolvimento regional amazônico e sua relação com o desenvolvimento nacional. O debate hegemônico em torno do futuro da Amazônia, assim como o conjunto da sociedade brasileira, tem sido capturado por diversas versões de desenvolvimento. Para além da presença no debate público, o desmatamento e a devastação em nome da produção de *commodities* têm sido a política instituída pelo capital, com farto apoio oriundo de setores financeiros e conivência de setores estatais em diversas escalas decisórias e territorializações de intensidade intermitente, mas ininterrupta. Os discursos alternativos, no âmbito do guarda-chuva da sustentabilidade, propõem moderar o ritmo, os processos e os atores do seguimento de mercantilização da região (Fernandes *et al.*, 2022).

Nos períodos em que os governos progressistas governaram na América Latina, e em particular no Brasil, a predominância da concepção de desenvolvimento continuou a ser pautada pelo extrativismo. Seja por meio da extração de petróleo e de uma variada gama de minérios, seja por intermédio do papel destacado que a agropecuária ocupa no rol de exportações do país, persiste, ainda que com intervalos, a concepção subalterna de extrativismo (Gudynas, 2012; Svampa, 2019). Nesse contexto, o desafio pela sustentabilidade restringe-se a uma preocupação em manter uma regularidade na riqueza gerada pelo extrativismo na busca por reduzir “efeitos colaterais” (Galvanese; Peregrina Puga; Grigoletto, 2024). Na senda do que já afirmara Becker (2005), a tendência, aparentemente inescapável da crescente mercantilização que o neoliberalismo conduz, demanda a necessidade de, ao menos, criar mecanismos de regulação desses mercados, ainda que as dificuldades para tal não tenham arrefecido na contemporaneidade.

Em que pese esses elementos comuns, as perspectivas de desenvolvimento regional da Amazônia, na atualidade, fazem parte das disputas entre as forças políticas que se propõem a assumir a hegemonia do bloco no poder. Suas diferenças podem ser mais bem observadas mediante os planos mais gerais que apresentam para o desenvolvimento nacional/regional e que colocam em destaque as perspectivas de futuro para a Amazônia. Apesar de serem apresentados como planos nacionais, estão diretamente conectados às disputas mais gerais no cenário internacional. Esta análise mais detalhada será desenvolvida a seguir.

A MODERNIZAÇÃO NO SÉCULO 21 DA AMAZÔNIA BRASILEIRA E AS DISPUTAS EM TORNO DA AGENDA AMBIENTAL

Os imperativos da modernidade invadem o território brasileiro com a conquista, com as consequências abordadas anteriormente, que persistem em suas diversas expressões na

atualidade, em especial na negação dos povos e comunidades do campo como protagonistas do presente e do futuro da região, mantida como fronteira de recursos a ser explorada a partir de perspectivas e agentes exógenos. A crescente urbanização e a paulatina construção de uma malha logística tornam-se, assim, expressões de um renovado extrativismo dos bens da natureza e de condições diferenciadas de exploração do trabalho.

Considerar sucintamente as concepções políticas que têm realizado interferências na Amazônia brasileira, requer remontar às relações coloniais a que temos feito referência no primeiro apartado, assim como às suas decorrências com as participações das oligarquias terratenentes e dos altos comandos das forças militares, que esculpiram os fundamentos da dominação social para o final do século 19 e, em muitas medidas, atravessaram e aprofundaram-se no século 20 com a chamada “integração nacional”. A virada para o século 21 trouxe como novidade a emergência de uma agenda ambiental global que colocou a Amazônia no centro do debate mundial, bem como alterou os próprios termos do desenvolvimento e planejamento regional.

Nesse escopo, em que pese o crescente reconhecimento da existência de uma questão ambiental amazônica, uma disputa em torno da sua agenda política segue ativa. Considerando a polarização na cena política federal nessa primeira quadra do século 21, alguns documentos são emblemáticos das distintas perspectivas sobre essa questão e sua agenda.

Dentre os setores que se destacam no bloco de poder que remonta aos alvares da República, encontram-se os militares. Desde a segunda metade do século passado as manifestações expressas do projeto nacional desenvolvimentista, obviamente no âmbito de uma inserção subordinada, apontam a necessidade de controle exclusivo militar. Inclusive no âmbito da questão ambiental e do reconhecimento do papel indispensável dos povos indígenas como protagonistas na conservação florestal, a posição da sua cúpula inscreve-se no âmbito do negacionismo, pois opõe-se a qualquer política que eventualmente questione seu protagonismo (Monteiro, 2023).

Durante o período denominado por abertura democrática, inaugurado com o governo Sarney em 1985, os militares saíram da cena política e buscaram nos bastidores manter a anistia pelos 21 anos de ditadura e os seus privilégios e poderes. Somente com o golpe de 2016 e a derrocada de Dilma Rousseff da presidência, vislumbra-se a interferência, principalmente da cúpula do Exército, e a ascendência em 2018 de um presidente, Bolsonaro, que levaria adiante as diretrizes políticas das Forças Armadas. O Conselho Nacional da Amazônia Legal, criado em 2020, ficou até o fim do governo sob a responsabilidade do ex-vice-presidente, o general Hamilton Mourão, e concentrou poderes e recursos, subalternizou o *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis* (Ibama) e a *Fundação Nacional dos Povos Indígenas* (Funai), colocando militares nos seus altos escalões, e buscou colocar-se como interlocutor internacional ante os números alarmantes de desmatamentos, queimadas e garimpo ilegal (Quadros, 2020; Malheiros, 2022). Na prática, ao final desse governo comandado por militares e responsável pelas políticas na Amazônia, verificou-se abandono das políticas indigenistas, invasão de garimpeiros e grileiros e desmantelamento das políticas públicas ambientais como nunca registrado (Sant’Anna, 2022).

A projeção de um projeto de maior fôlego dos setores castrenses brasileiros constata-se em documento elaborado pelo Instituto Sagres, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) de assessoria estratégica para empresas e organizações governamentais, criada

por militares da reserva com larga formação e atuação em órgãos de relevância ao longo de suas carreiras na ativa (Instituto Sagres, 2022). O documento foi elaborado em parceria com o Instituto Federalista e o Instituto General Villas Boas, criado pelo ex-comandante do exército brasileiro e explícito fiador da eleição de Jair Bolsonaro. Considerando esses grupos envolvidos na sua elaboração e o próprio lançamento do documento antes do início das últimas eleições, divulgado em maio de 2022, fica evidente a pretensão de esse plano ser considerado um documento balizador estratégico da continuidade desse governo, pelo menos nas perspectivas de parte do estamento militar envolvido no governo. Nele, os diversos componentes empresariais e militares da reserva elencam uma série de políticas, denominada por “Projeto de Nação – O Brasil em 2035”, que se propõe a apresentar um plano de Estado baseado em uma estratégia nacional que projetasse objetivos a serem alcançados pelo país nos seguintes 15 anos, bem como as diretrizes político-estratégicas para alcançá-los; porém, em grande medida, aponta uma continuidade das concepções esboçadas no século passado (Shiota, 2023).

O tema da agenda ambiental, nesse documento, encontra-se vinculado a uma leitura geopolítica que prevê um cenário mundial complexo, marcado por uma disputa entre EUA e China, que cria tanto oportunidades para o Brasil em um mundo multipolar conflituoso quanto obstáculos à sua soberania. Os dois principais obstáculos apresentados são os riscos de conflitos entre as potências e seus aliados pela exploração de recursos naturais no entorno estratégico brasileiro – que engloba a América do Sul, o Caribe, a costa Ocidental Africana e o Atlântico Sul, chegando à Antártida – e as interferências do chamado globalismo, definido como um

(...) movimento internacionalista cujo objetivo é determinar, dirigir e controlar as relações entre as nações e entre os próprios cidadãos, por meio de posições, atitudes, intervenções e imposições de caráter autoritário, porém disfarçados como socialmente corretos e necessários (Instituto Sagres, 2022, p. 11).

Seu argumento principal é que problemas complexos, como “crises econômicas, proteção do meio ambiente e os direitos das minorias requerem um processo centralizado de tomada de decisões, em nível mundial” (Instituto Sagres, 2022, p. 12) a partir de uma agenda global.

Nesses termos, a relação entre exploração de recursos naturais, bem como a expansão do agronegócio, considerados temas-chave do desenvolvimento nacional, e a agenda ambiental internacional, encampada por diferentes agentes internos, é vista com desconfiança, sempre remetida a uma suposta limitação ao crescimento econômico do país. A articulação multiescalar entre diferentes grupos sociais críticos a esses temas sensíveis, do ponto de vista político e sociocultural, é entendida como desestabilizadora de uma coesão interna da sociedade nacional, definida como majoritariamente conservadora e liberal, trazendo, por isso, riscos à segurança nacional e devendo ser neutralizada para a construção de uma “democracia” sem conflitos.

Nesses termos, os objetivos estratégicos para a Amazônia são apresentados no eixo sobre Segurança Nacional e Defesa Nacional, em um reconhecimento implícito da importância da exploração dos seus recursos naturais, de seus impactos ambientais e da conflitividade presente nas tensões entre distintas territorialidades. Retomando preocupações de meados do século passado, o documento refere-se a um processo de integração da Amazônia ao Brasil, visando a “ampliar as infraestruturas da Amazônia, de modo a consolidar sua integração ao núcleo de poder nacional e às demais regiões do País até 2035” (Instituto Sagres, 2022, p. 82), posto que

os critérios dessa incorporação estão imersos numa concepção extrativista de desenvolvimento e atravessados pela perspectiva mercadológica – “[...] para a formação de um mercado interno da Bacia Amazônica” (Instituto Sagres, 2022, p. 82), explicitamente no segundo objetivo do tema específico sobre a região, iniciando um dos seus principais eixos de intervenção política: o de Segurança Nacional. Nesse sentido, consideram que a mineração e o agronegócio devem ser priorizados ante os territórios de preservação e as terras indígenas, sem nenhuma consideração com os povos que habitam a floresta, o que não deixa dúvidas numa das diretrizes que orientam a concepção política: “Implantar o Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) Regional e remover as restrições da legislação indígena e ambiental, que se conclua serem radicais, nas áreas atrativas do agronegócio e da mineração” (Instituto Sagres, 2022, p. 82).

Com esse documento e as práticas que os militares executaram a partir de espaços de poder importantes na estrutura estatal durante a presidência de Jair Bolsonaro, é possível verificar que, em linhas gerais, a concepção de desenvolvimento dedicada à Amazônia exclui as suas populações tradicionais e está atravessada por uma visão logística e mercadológica, na qual os militares consideram-se os condutores do destino brasileiro, tutelando a população local e pressupondo que as corporações e o sistema financeiro seriam por eles coordenado. A agenda ambiental, ao invés de ser interpretada como expressão das contradições do modelo de desenvolvimento econômico, formulada a partir da crítica de povos e comunidades locais, ambientalistas e cientistas, é tratada principalmente como elemento de interferência externa na soberania nacional e na fratura de uma suposta coesão interna baseada em um pressuposto de homogeneidade social.

Consonante essas concepções, ações realizadas durante o governo Bolsonaro (2019-2022) já indicaram claramente a tentativa de coibir ao máximo a participação de povos e comunidades do campo no planejamento e estabelecimento de políticas de desenvolvimento regional amazônico. O fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o deslocamento dos órgãos responsáveis pela política de reforma agrária para o Ministério da Agricultura, comandado por ruralistas do agronegócio, bem como as mudanças na política indigenista, são reveladores de uma perspectiva de exclusão de camponeses e povos e comunidades tradicionais de qualquer participação na definição das políticas de governo e, inclusive, na gestão de seus próprios territórios, subordinando-os aos interesses governamentais e empresariais.

O início do governo Lula III aponta perspectivas distintas, com a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o fortalecimento da participação de povos indígenas e comunidades tradicionais no governo com a criação do Ministério dos Povos Indígenas. Esse Ministério e a Funai passaram a ser comandados, respectivamente, pelas lideranças Sônia Guajajara e Joenia Wapichana. Em relação à agenda ambiental, uma vez eleito e antes ainda de tomar posse, em novembro de 2022, Lula participou da COP 21 no Egito, sinalizando uma retomada da participação do Brasil na construção da agenda ambiental mundial – até mesmo buscando protagonismo internacional ao apresentar o país como sede da COP 30, que será realizada em Belém do Pará, na Amazônia, em 2025. Assim, diferentemente da perspectiva negacionista representada pela concepção desenvolvimentista encabeçada por setores importantes advindos das forças armadas, um conjunto amplo de agentes retoma a articulação em torno do reconhecimento de uma questão ambiental e da construção de uma agenda nacional específica em consonância com a agenda global.

Apoiando-nos na leitura de Bringel e Svampa (2023), consideramos que a perspectiva de dominação social apresentada pelas forças armadas está mais próxima do consenso das *commodities*, enquanto as perspectivas encabeçadas pelo governo atual, em aliança com as corporações atuantes nos principais setores econômicos, aproximam-se mais de um consenso da descarbonização na Amazônia. É indispensável registrar, entretanto, que há uma sobreposição entre ambos os consensos, o das *commodities* e o da descarbonização, que se traduzem nos países latino-americanos – e no Brasil – numa concepção de desenvolvimento pelo extrativismo, o qual consolida uma forte tendência à reprimarização das economias e à reafirmação de colonialidade.

No “Projeto de Nação – O Brasil em 2035”, elaborado pelo Instituto Sagres e parceiros, o desenvolvimento econômico é fortemente ancorado na modernização do agronegócio. O projeto propõe que o Brasil se consolide como “um dos maiores provedores em [escala] global de *commodities* e produtos com alto valor agregado na cadeia alimentar” (Instituto Sagres, 2022, p. 37), colocando o “agronegócio nacional como fator estratégico de segurança alimentar global e nacional” (Instituto Sagres, 2022, p. 37). Para isso, torna-se essencial o aumento da produtividade, da sustentabilidade e da rentabilidade do agronegócio brasileiro, com redução da dependência de insumos externos, investimentos em infraestrutura logística e neutralização das interferências externas, baseadas em pressões ambientalistas patrocinadas por concorrentes americanos e europeus.

Com isso, projeta-se que os resultados econômicos positivos do agronegócio podem impulsionar sua própria industrialização, agregando valor a seus produtos, além de gerarem saldos a serem reinvestidos em ciência, tecnologia e educação, impulsionando um avanço na retomada da industrialização em geral, da mineração sustentável e da bioeconomia. No caso específico do agronegócio e da mineração na Amazônia, o zoneamento econômico-ecológico, o aumento da produtividade nas áreas já desflorestadas e a agregação de valor aos produtos, aliados ao maior aproveitamento biotecnológico das áreas de floresta, podem garantir as perspectivas de rentabilidade e sustentabilidade para o desenvolvimento da região e sua integração ao país, aumentando a segurança nacional.

Esses pontos de desenvolvimento econômico do agronegócio e mineração na Amazônia, apresentados pelo Instituto Sagres, são, em muitas dimensões, semelhantes às formulações que vêm sendo perseguidas no governo Lula III, indicando a persistência da força política dos agentes ligados às *commodities* – mesmo em uma agenda de esverdeamento do capitalismo em que a preocupação climática assume posição central. Ainda que a transição apontada enfoque uma descarbonização, isso implica na necessidade de acesso a outros minérios e territórios para a substituição dos combustíveis fósseis, mantendo o perfil extrativista. Essa proposta de mudança tem sido levada adiante por corporações, fundações e governos do denominado Norte Global, que tornam o Sul Global, mais uma vez, território de sacrifício: “Para que China, Estados Unidos y Europa transiten hacia la desfosilización, se crean nuevas zonas de sacrificio en las periferias mundiales” (Bringel; Svampa, 2023, p. 52). Assim, um extrativismo verde conduz a uma nova versão do colonialismo verde, já persistente na modernidade colonial e sua colonialidade, como reprodução das hierarquias e desigualdades inerentes ao imperialismo (Bringel; Lang; Manahan, 2023).

A nova leva de tecnologias vinculadas ao extrativismo verde, apresentadas como “limpas”, mais uma vez podem produzir menos CO₂, mas, para a sua realização, intensifica-se

a exploração mineral. Para produzir energia a partir do sol e do vento, além de intensificar a mineração, é necessária a ocupação territorial, também contribuindo com o extrativismo, ainda que seja considerado verde (Fernandes *et al.*, 2024). No âmbito desta investida financeirista, todavia, é necessário registrar a diversidade de mecanismos que vinculam a descarbonização com a ocupação territorial da Amazônia. Inclusive as inovações em torno dos mercados de carbono, como mecanismo compensador das emissões em outros territórios, comprovadamente não tem interferido nas tendências negativas que as mudanças climáticas pela ação humana vêm demonstrando.

Diversos setores da sociedade renovam seu otimismo a cada governo progressista que assume o poder na América Latina, particularmente no Brasil. Na luta pela terra, a expectativa é que seja realizada uma mudança tal que os setores diuturnamente expulsos sejam protegidos e consigam viver em paz. A dinâmica de expansão territorial da economia capitalista brasileira, porém, continua a se expandir para os biomas que podem aumentar a produção agropecuária e mineral. Ante essa tendência, esses governos progressistas conseguem, nas conjunturas mais favoráveis, mitigar as consequências ambientais mais nefastas e promover a distribuição de renda. Na região Pan-Amazônica registraram-se, neste quartil de século, uma diversidade de governos que pugnaram por uma sociedade mais igualitária, mas majoritariamente continuaram com o extrativismo como eixo de suas economias (Vergara-Camus; Kay, 2017; López; García, 2024).

Nos governos comandados pelos Partidos dos Trabalhadores nas duas primeiras décadas deste século, foram realizadas diversas intervenções importantes na Amazônia. A demarcação de terras indígenas não impediu que grandes hidrelétricas tenham sido instaladas (Novoa Garzon, 2019), assim como a proliferação de projetos de mineração. Na atual reedição de um governo de Lula da Silva, as propostas com relação ao bioma tornaram-se mais frequentes, pois a intensificação do garimpo ilegal, os incêndios, o desmatamento e a invasão da agropecuária imprimiram uma tendência trabalhosa de reverter. Este sucinto contexto denota a pressão de amplos setores econômicos, liderados pelo agronegócio, por reforçar o caráter primário da economia nacional. Precisamente na tentativa por mudança, o atual governo elaborou programas políticos que visam a retomar a industrialização.

Após a experiência recente de um governo que se esforçou em desmantelar o Estado e instituir uma política subserviente no cenário internacional, com repercussões significativas no fortalecimento da desindustrialização e da reprimarização, o atual governo progressista, terceiro mandato de Lula da Silva, tende a retomar uma senda neodesenvolvimentista. Nesse escopo, foram elaboradas uma série de políticas com protagonismo estatal que expressamente procura uma inserção soberana em termos produtivos e com viés distributivista. Nesta ocasião, analisaremos dois conjuntos de políticas que orientam, em boa medida, a ação governamental para o restante deste mandato, mas, obviamente, uma mudança de rumo em termos industriais, de conhecimento e de produção de alimentos não pode ser executada em curto prazo. O primeiro dos documentos é o Plano de Ação para a Neoindustrialização (Brasil, 2025), que aponta uma série de ações governamentais até 2026, posto que a maioria das suas políticas serão avaliadas a médio prazo em 2033. A Nova Indústria Brasil (NIB) é composta por seis grandes metas construídas a partir de consultas dos Ministérios com o setor produtivo, a sociedade civil organizada e a academia nacional, que buscam adensar as cadeias produtivas nacionais em um momento considerado de construção de oportunidades e de enfrentamento de dificuldades no sistema internacional (Brasil, 2025, p. 9).

Levando em conta que nosso prisma analítico é a questão ambiental amazônica, nos deteremos expressamente nesta temática, pois o documento aborda desde os instrumentos financeiros até questões de comércio exterior, buscando fortalecer a logística e a materialidade das possibilidades de erguer um setor produtivo que permita a inserção nacional no âmbito das inovações tecnológicas em curso. O primeiro dos seus eixos de metas coloca a produção agropecuária e o agronegócio como destaque, esperando aumentos de produtividade e agregação de valor da cadeia de produção. A inovação é que a incorporação dos bioinsumos, biofertilizantes e da agricultura familiar destacam-se no âmbito da nova fase, assim como os investimentos em mecanização como fator para aumentar a produção de alimentos. Depreende-se do documento uma concepção de mercantilização crescente do ambiente na Amazônia, com o moderno viés do progresso indefinido, pois, no âmbito das perspectivas agrícolas (tanto as extrativistas quando as produtivas), não são explicitados limites na sua participação neste desenvolvimento. Ao mesmo tempo, as políticas de descarbonização, como forma de manter a floresta nativa em pé, continuam atravessadas pela financeirização, ainda que se proponha uma regulação do mercado de carbono. O que pode ser caracterizado nesse conjunto de políticas é a evidente retomada do protagonismo estatal na promoção da produção na agricultura familiar, assim como do agronegócio.

Outro conjunto importante de políticas estatais de incentivo à produção, construção de infraestrutura e criação de empresas em setores novos e consolidados da economia, tem sido apresentado sob o nome de Plano de Aceleração do Crescimento – PAC⁴. No atual governo foi iniciado um Novo PAC, no âmbito do qual se propõe investir R\$ 1,3 trilhão até 2026 e R\$ 0,5 trilhão após 2026. Nos governos petistas anteriores houve outros dois Planos semelhantes, com o propósito de acelerar o crescimento econômico e a inclusão social, gerar emprego e renda e reduzir desigualdades sociais e regionais. De acordo com Verdum (2012), as hidrelétricas e as obras de transporte na região amazônica impactaram negativamente nos territórios indígenas e na questão ambiental, ao mesmo tempo em que, mais uma vez, os povos da floresta não têm sido consultados a respeito das intervenções. Dos oito eixos nos quais se organizam as propostas de investimento⁵, é possível destacar a construção de moradias populares e o aumento de redes de esgotos sanitários, assim como a grande variedade de obras em todos os Estados da federação. O eixo que mais interessa para nossa análise é o de transição e segurança energética: aparece como componente a geração de energia de baixo carbono, com biodiesel ligado ao etanol e à produção de diesel com conteúdo renovável, enquanto é reforçada a exploração de petróleo e gás com novos poços.

⁴ Os Planos de Aceleração do Crescimento ergueram-se em principal instrumento de promoção da política econômica e de criação de condições para as mudanças estruturais, com o objetivo de levar adiante uma modalidade de desenvolvimento econômico em estreita parceria com o setor privado. Dentre os objetivos desta estratégia, contam-se o aumento do emprego, das moradias populares e energia elétrica domiciliar, assim como estimular melhor desempenho dos indicadores econômicos de produção (com destaque para o Produto Interno Bruto – PIB). O PAC 1 visava a um investimento em infraestrutura na ordem dos R\$ 657 bilhões, de 2004 a 2007, e o PAC 2 de R\$ 958,7 bilhões e executado entre 2011 e 2014 (Chagas; Carvalho; Marquesan, 2015).

⁵ Para mais informações, consulte a página do Novo PAC no portal da Casa Civil. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac>. Além de explicitar o programa de forma detalhada, o portal disponibiliza, com certa regularidade, informações sobre a execução das políticas.

No âmbito das políticas extrativistas no horizonte próximo, destaca-se a exploração petrolífera na denominada Margem Equatorial⁶. As novas jazidas encontram-se nas proximidades da região amazônica, na área *offshore*, que vai de Rio Grande do Norte até o Amapá, cientes dos riscos em termos de poluição e movimentação logística.

Ainda no âmbito das propostas relativas ao manejo da floresta numa perspectiva “sustentável” de aproveitamento nas duas últimas décadas, foi se fortalecendo uma narrativa em torno da necessidade de uma regularização fundiária da terra na esfera nacional, posto que, na Amazônia, essa proposta se apresenta como capaz de neutralizar o desmatamento e de cuidar melhor da floresta (Reydon; Fernandes; Telles, 2020; Garret *et al.*, 2021).

A análise desses planos do governo Lula III mostra que sua adesão à agenda ambiental mundial não significa uma ruptura com processos mais profundos estruturadores da região, inclusive o extrativismo e a expansão da fronteira de *commodities*. Parafraseando Bertha Becker (2005), para além de considerar a Amazônia uma “floresta urbanizada”, é possível caracterizá-la como uma “floresta moderna”, pois os imperativos da modernidade invadem o território. Uma modernidade inseparável da colonialidade constitutiva da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as inúmeras contradições nas quais constrói-se o capitalismo nestes mais de cinco séculos, procurou-se refletir, a partir da formação socioespacial da Amazônia, sobre o ideal de dominação da natureza a partir da tecnociência e sua transformação em mercadoria vinculada ao mercado mundial, considerado um dos pilares da modernidade/colonialidade, mas, também, uma das expressões da crise sistêmica em curso. Emerge, assim, uma questão ambiental amazônica que, entre o discurso por uma fruição não destrutiva da natureza, da qual os seres humanos também fazem parte, e uma produção de riquezas apropriada pelo capital, cada vez mais vislumbra-se a barbárie a que tem conduzido.

Ao problematizar a questão do desenvolvimento e suas contradições na Amazônia, procurou-se evidenciar que a sua naturalização e o aparente consenso em torno dele encobrem a manutenção de uma colonialidade que se expressa na negação de povos e nas formas de organização social, que apresentam outros sentidos de relação com a natureza e – seja assumidamente predatória ou sustentável – conduzem, a médio ou longo prazos, para a devastação. A modo de exemplo, nestas últimas três décadas foram instaladas diversas hidrelétricas na região amazônica com a tentativa de produção de energia renovável e sustentável, mas, na medida em que o desmatamento promovido pelo consenso das *commodities* impõe-se, além da falta de chuvas e da seca que os rios têm experimentado, essa modalidade encaminha-se para o fracasso.

A análise de documentos governamentais ou produzidos por organizações empresariais, realizada neste artigo, mostra que, no âmbito das disputas hegemônicas mundiais, as políticas para a Amazônia brasileira inserem-se no viés neoextrativista em ambos os polos em que a disputa pelo poder estatal tem se delineado. Esses documentos sugerem uma disputa entre o

⁶ A respeito dessa exploração, você pode consultar, entre outros materiais, a seção Novas Fronteiras do site da Petrobras, que está disponível em: <https://petrobras.com.br/quem-somos/novas-fronteiras>.

que Bringel e Svampa (2023) chamaram de um consenso da descarbonização e um consenso das *commodities*. O consenso da descarbonização em formação, ao qual os governos progressistas atuais vêm aderindo juntamente com redes empresariais com atuação na Amazônia, traz diferenças no reconhecimento da relevância da agenda ambiental e não se afasta da centralidade do agronegócio e do extrativismo, aprofundando uma mercantilização completa da natureza. Evidencia-se, assim, sobreposições entre ambos os consensos, que reafirmam a Amazônia como fronteira de recursos e zona de sacrifício do sistema mundo moderno/colonial.

Uma ruptura e eventual construção de uma relação decolonializada, não pautada pela produção de mercadorias e elaborada a partir das perspectivas sociais oriundas dos povos, das comunidades tradicionais e de diversas expressões do campesinato regional, tornaram-se indispensáveis. A necessidade de construir um paradigma alternativo, ecossocialista, como propõe Fernandes (2023), que guie os planos de futuro da Amazônia e da humanidade, parece ser o caminho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B. de et al. (org.). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, 2005.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. In: VIEIRA, I. C. G. (org.). *As Amazonas de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p. 15-257. V. 1.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. *Nova Indústria Brasil – forte, transformadora e sustentável: plano de ação para a neointustrialização 2024-2026*. Brasília, DF: CNDI: MDIC, 2025. 110 p.
- BRINGEL, B.; LANG, M.; MANAHAN, M. A. Colonialismo verde: raíces históricas, manifestaciones actuales y su superación. *Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global*, n. 163, p. 13-24, 2023.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. (ed.). *Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; Rio de Janeiro: Faperj, 2017.
- BRINGEL, B.; SVAMPA, M. Del “Consenso de los Commodities” al “Consenso de la Descarbonización”. *Nueva Sociedad*, n. 306, jul./ago. 2023.
- CHAGAS, P. B.; CARVALHO, C. A.; MARQUESAN, F. F. S. Desenvolvimento e dependência no Brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crescimento. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 22, n. 73, p. 269-289, 2015.
- CHIAVARI, J.; LOPES, C. L. *Grilagem à vista: parecer do senador Carlos Fávaro aprova mudanças na Lei Fundiária*. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2021.
- CUEVA, A. *O desenvolvimento do capitalismo em América Latina*. São Paulo: Global, 1983.
- DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- DUSSEL, E. 1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ESTENSSORO, F.; VÁSQUEZ BUSTAMANTE, J. P. *La geopolítica ambiental de Estados Unidos y sus aliados del norte global: implicancias para América Latina*. Buenos Aires: Clacso; Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2022.
- FERNANDES, B. M. et al. Acaparamiento de la tierra, del viento y del sol: la formación de un nuevo régimen. *Rev. Cien. Soc.*, Montevideo, v. 37, n. 55, e212, 2024.
- FERNANDES, D. A. et al. Por uma bioeconomia da sócio-biodiversidade na Amazônia: lições do passado e perspectivas para o futuro. *MADE/USP*, 17 ago. 2022. Notas de Política Econômica – NPE 023.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

- FERNANDES, F. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FERNANDES, S. Ecosocialismo a partir das margens. In: RODRIGUES, A.; SILVA, S. R. (org.). *Ecosocialismo brasileiro: avanços e desafios*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.
- FERRO, M. *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- GALVANESE, C.; PEREGRINA PUGA, B.; GRIGOLETTO, F. Desafios à exploração sustentável da sociobiodiversidade como vetor de desenvolvimento de territórios rurais no Brasil. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, [s. l.], v. 43, n. 2, p. 366-382, 2024.
- GARRET, R. D. et al. Forests and Sustainable Development in the Brazilian Amazon: History, Trends, and Future Prospects. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 46, p. 625-652, 2021.
- GONZALES CASANOVA, P. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A. A.; GONZALES, S. (org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2007.
- GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalencias del progresismo sudamericano. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 237, p. 128-146, 2012.
- INSTITUTO SAGRES. *Projeto de Nação: o Brasil em 2035*. Brasília, DF: Sagres, 2022. 102 p.
- KLEIN, H. S.; VINSON III, B. *Historia mínima de la esclavitud*. Mexico, DF: El Colegio de México: Centro de Estudios Históricos, 2013.
- LÓPEZ, M. F.; GARCÍA, F. *La Amazonía andina en el siglo XXI: neoextractivismos, fronteras y resistencias*. Buenos Aires: Clacso; Guadalajara: Calas, 2024.
- MALHEIROS, B. *Geografias do bolsonarismo: entre a expansão das commodities, do negacionismo e da fé evangélica no Brasil*. Rio de Janeiro: Amazônia Latitude Press, 2022.
- MALHEIRO, B.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. *Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.
- MARTÍ, J. *Nossa América*. São Paulo: Hucitec, 1983. 254 p.
- MEDEIROS, L. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, M. (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 113-136.
- MICHELOTTI, F.; MIRANDA DO NASCIMENTO, H.; GOMES JÚNIOR, E. Ajuste espacial e temporal na Amazônia: reflexões sobre fronteira do capital e des-re-configurações territoriais. In: MONTEIRO, M. de A. (org.). *Amazônia: a região de Carajás*. Belém: Naea, 2023.
- MONTEIRO, L. C. R. *Os militares na Amazônia no contexto da Nova República: uma gestão militarizada de territórios e populações*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2023.
- MOORE, J. *Antropoceno ou Capitaloceno?: natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022.
- NOVOA GARZON, L. F. O desastre continuado das UHE de Santo Antônio e Jirau ou o que decorre da privatização e financeirização de um grande rio amazônico. In: CASTRO, E. (org.). *Pensamento crítico latino-americano*. São Paulo: Annablume, 2019.
- OLIVEIRA, J. P. de. Narrativas e imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira. In: OLIVEIRA, J. P. de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. p. 161-191.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. De caos sistêmico e de crise civilizatória: tensões territoriais em curso. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, [s. l.], v. 22, n. 2, 2020, p. 103-132.
- QUADROS, V. Mourão concentra políticas para a Amazônia nas Forças Armadas. *Pública*, 31 ago. 2020. Reportagem. Disponível em: <https://apublica.org/2020/08/mourao-concentra-politicas-para-a-amazonia-nas-forcas-armadas/>. Acesso em: 20 set. 2024.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, v. 6, n. 2, p. 342-386, ago. 2000.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 107-130.
- REYDON, B. P.; FERNANDES, V. B.; TELLES, T. S. Land governance as a precondition for decreasing deforestation in the Brazilian Amazon. *Land Use Policy*, v. 94, 2020.
- RODRIGUES, B. S. Geopolítica decolonial latino-americana no sistema internacional: as experiências contra-hegemônicas no século XXI. *Reorient*, v. 2, n. 1 jan./jun. 2022. DOI: 10.54833/issn2764-104X.v2i1p149-168
- SANT'ANNA, F. M. Conflitos socioambientais no Brasil e o governo Bolsonaro: a trajetória da política ambiental e suas repercussões internacionais. In: BARBOSA, J. R.; HERNÁNDEZ, O. A. P. (org.). *Extremismos políticos e direitas: Bolsonaro, Trump e a crise das "democracias"*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 121-148.

SHIOTA, R. R. Projeto de nação o Brasil em 2035: direitos sociais, subalternos e meio ambiente. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 16, n. 2, p. 362-382, 2023.

SILVA, A. F. C. da; LOPES, G. Entre horizontes e sedimentos: o impacto do antropoceno na história a partir de Chakrabarty e seus interlocutores. *Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña*, v. 11, n. 2, p. 348-396, 2021.

SVAMPA, M. As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

VERDUM, R. *As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia Brasileira*. [S. l.]: Observatório de Investimentos da Amazônia: Inesc, 2012. Disponível em: <https://www.amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Obras-de-Infraestrutura-do-PAC-e-Povos-Indigenas.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.

VERGARA-CAMUS, L.; KAY, C. Agribusiness, peasants, left-wing governments, and the state in Latin America: an overview and theoretical reflections. *Journal of Agrarian Change*, v. 17, n. 2, p. 239-257, 2017.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Autor Correspondente

Fernando Michelotti

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa

Av. Paulo Fonteles Filho s/n. *Campus* Universitário do Tauarizinho.

Marabá/PA, Brasil CEP 68.500-000

michelotti.f@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

